



**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(ORGANIZADORA)**

**INVESTIGAÇÃO
CIENTÍFICA NAS
CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**

Atena
Editora
Ano 2019

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-688-1 DOI 10.22533/at.ed.881190710</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas” publicado pela editora Atena, apresenta 40 pesquisas realizadas com temáticas que contribuem para conhecermos um pouco mais sobre a sociedade em que vivemos, bem como, sobre os desafios e estratégias relacionadas a esta.

Os artigos foram organizados em sete seções, além de dois artigos que trazem temas gerais para o debate. As seções estão divididas conforme segue: Desenvolvimento Urbano; Desenvolvimento Organizacional; Meio Ambiente e Economia; Políticas Públicas; Formação Profissional: Ensino, pesquisa e extensão; O feminino e as diferentes interfaces com as relações de gênero e Relações sociais: representações e reflexões;

O e-book apresenta caráter interdisciplinar e as publicações fundamentam o debate sobre temas que são centrais para a sociedade contemporânea. Possibilitam reconhecer e dar visibilidade às relações estabelecidas com os temas propostos e os aspectos econômicos, enquanto categoria central para se pensar nos desafios e estratégias postos para a vida em uma sociedade capitalista.

Destaca-se a seção que trata do tema “Formação Profissional”, em que são apresentados seis pesquisas voltadas para o reconhecimento da importância e contribuição do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional e prestação de serviços à população.

Os artigos e seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de pesquisas que se voltam para o reconhecimento das estratégias e necessidades postas para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

I. DESENVOLVIMENTO URBANO

CAPÍTULO 1	1
MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA MOBILIDADE URBANA NA CIDADE DE ARACAJU	
<i>Syslayne Carlos da Silva Costa</i>	
<i>Tony Santos da Silva</i>	
<i>Rooseman de Oliveira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907101	
CAPÍTULO 2	20
MORADA LUDOVICENSE: TRADIÇÃO E ADAPTAÇÃO	
<i>Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907102	
CAPÍTULO 3	32
A ABOARDAGEM HISTÓRICO-GEOGRÁFICA COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DELIMITAÇÃO DE MACROZONEAMENTOS URBANOS: UM ESTUDO DE CASO EM PONTA NEGRA/ NATAL – RN	
<i>Fabrcio Lira Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907103	
CAPÍTULO 4	47
A METROPOLIZAÇÃO NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CENTRALIDADES DA BAIXADA FLUMINENSE	
<i>Tatiana Cotta Gonçalves Pereira</i>	
<i>Raul Rosa de Oliveira Junior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907104	
CAPÍTULO 5	59
A VIDA PÚBLICA: A DINÂMICA CONTEMPORÂNEA E A EXPERIÊNCIA NO DIÁLOGO ENTRE CORPO, ARQUITETURA E PROJETO	
<i>Maria Isabel Villac</i>	
<i>Danielle Alves Lessio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907105	
CAPÍTULO 6	70
CENTRALIDADES NA PROVÍNCIA FLUMINENSE: GEOGRAFIA HISTÓRICA, CIDADE E REGIÃO	
<i>Valter Luiz de Macedo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907106	
CAPÍTULO 7	81
EDUCAÇÃO NA MOBILIDADE URBANA: CÓDIGOS DE CONVIVÊNCIA E ORDENAMENTO NA CIDADE	
<i>Poliana de Souza Borges França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907107	

CAPÍTULO 8	90
ESTUDOS FEMINISTAS SOBRE A QUESTÃO URBANA: ABORDAGENS E CRÍTICAS	
<i>Carolina Alvim de Oliveira Freitas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907108	
CAPÍTULO 9	110
EMANCIPAÇÕES DISTRITAIS MINEIRAS, DESENVOLVIMENTO HUMANO E EQUIDADE DISTRIBUTIVA: EM BUSCA DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE	
<i>Marcos Antônio Nunes</i>	
<i>Ricardo Alexandrino Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.8811907109	
CAPÍTULO 10	126
COLIVING: ENSAIO SOBRE MORADIA COMPARTILHADA E COLABORATIVA	
<i>Denise Vianna Nunes</i>	
<i>Larissa Tavares Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071010	

II. DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

CAPÍTULO 11	139
EMPRESAS FAMILIARES, A SUCESSÃO E A PREVENÇÃO DE CONFLITOS ENTRE SÓCIOS: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA COMERCIAL DO SEGMENTO DE SUPRIMENTOS INDUSTRIAIS	
<i>Maura Martins Ferreira Pan</i>	
<i>Leossania Manfro</i>	
<i>Elton Zeni</i>	
<i>Iselda Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071011	
CAPÍTULO 12	151
DIAGNÓSTICO DE GESTÃO EMPRESARIAL: UM ESTUDO COMERCIAL E SOCIETÁRIO EM UMA EMPRESA DO SEGMENTO METAL MECÂNICO	
<i>Ariel Simonini</i>	
<i>Guilherme Camargo</i>	
<i>Guilherme Wagner Valber</i>	
<i>Willian Piana Vivian</i>	
<i>Lademir José Cremonini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071012	
CAPÍTULO 13	168
A APLICABILIDADE DA GESTÃO DE CUSTO COMO INSTRUMENTO DE TOMADA DE DECISÃO NO PROCESSO PRODUTIVO DE UMA INDÚSTRIA CERAMISTA	
<i>Jamille Carla Oliveira Araújo</i>	
<i>Cinthy Satomi Yamada</i>	
<i>Eziquiel Pinheiro Gabriel</i>	
<i>Maria Leidiane Santos</i>	
<i>Leidian Moura da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.88119071013	

CAPÍTULO 14 188

BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO TIPO RODOTREM NO TRANSPORTE DE CARGAS: ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE EMBALAGENS CARTONADAS

Eloi Bürkner Junior

Mayara Cristina Ghedini da Silva

DOI 10.22533/at.ed.88119071014

CAPÍTULO 15 204

SUCCESSÃO FAMILIAR EM EMPRESAS DE CERÂMICA DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA

Claudio Alvim Zanini Pinter

Luiz Antonio Duarte de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.88119071015

CAPÍTULO 16 222

PLANO DE NEGÓCIOS PARA UMA EMPRESA COMERCIAL DO RAMO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Alekcia Mara Casarotto

Danielle Tosetto de Oliveira

Hevandrus de Carlon Wallerius

Anderson Aquiles Viana Leite

Alecsander Bertolla

DOI 10.22533/at.ed.88119071016

CAPÍTULO 17 237

A UTILIZAÇÃO DE VANT EM LEVANTAMENTOS CADASTRAIS PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO IMOBILIÁRIO: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS/RN

Maria Carina Maia Bezerra

Pedro David Rodrigues Lima

Augusto César Chaves Cavalcante

Almir Mariano de Sousa Junior

DOI 10.22533/at.ed.88119071017

III. MEIO AMBIENTE E ECONOMIA

CAPÍTULO 18 248

ANÁLISE DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DE MATA CILIAR DO RIO GAVIÃO: UM AFLUENTE DO RIO DE CONTAS

Larissa Lima Barros

Paulo Sérgio Monteiro Mascarenhas

Camila da Silva Sotero

DOI 10.22533/at.ed.88119071018

CAPÍTULO 19 254

ASFALTO CONVENCIONAL OU PERMEÁVEL? VIABILIDADE TÉCNICA NA PREVENÇÃO DE ENCHENTES

Rodrigo Azevedo Gonçalves Pires

Jane da Cunha Calado

Wilson Levy Braga da Silva Neto

Bruna Brandini Carrilho

CAPÍTULO 20 266

CONFLITUALIDADE E CONFLITOS MINERÁRIOS EM JACOBINA – BA:
RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DA
MINERADORA

Juliana Freitas Guedes Rêgo

Gilca Garcia de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.88119071020

CAPÍTULO 21 282

EFFECTOS SOCIALES DE LAS CONDICIONES LABORALES DEL SECTOR
PALMICULTOR EN EL MUNICIPIO DE MANI (CASANARE-COLOMBIA)

Wilker Herney Cruz Medina

Cristian Orlando Avila Quiñones

Elva Nelly Rojas Araque

María Crisalia Gallo Araque

Nilton Marques de Oliveira

Lina María Grajales Agudelo

DOI 10.22533/at.ed.88119071021

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

ÍNDICE REMISSIVO 292

CONFLITUALIDADE E CONFLITOS MINERÁRIOS EM JACOBINA – BA: RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS DAS COMUNIDADES DO ENTORNO DA MINERADORA

Juliana Freitas Guedes Rêgo

Centro Universitário Jorge Amado

Salvador – Bahia

Gilca Garcia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de

Economia

Salvador – Bahia

RESUMO: Jacobina – BA é um Município do centro-norte baiano, que possui a maior arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais da Bahia e local do grande projeto minerário de exploração aurífera da Jacobina Mineração e Comércio – Yamana Gold, transnacional de capital canadense. O objetivo deste trabalho é retratar a conflitualidade e os conflitos existentes em Jacobina decorrentes da atividade minerária da JMC – Yamana Gold, bem como as resistências e os enfrentamentos das Comunidades do entorno da Mineradora. Para tanto, procedeu-se ao estudo de caso em Jacobina – BA, para compreender, no âmbito local, as expulsões provocadas por grandes projetos minerários. O estudo mostrou que a atividade de exploração minerária provocou expulsões territoriais nas três Comunidades tradicionais (Canavieiras, Itapicuru e Jabuticaba) do entorno da Mineradora. Constatou-se que além da dominação territorial e da natureza, a Mineradora exerce também

um controle econômico no Município. Concluiu-se que a conflitualidade do capital minerador intensifica os conflitos e até as resistências, mas não os enfrentamentos, pelo menos por enquanto, em Jacobina – BA.

PALAVRAS-CHAVE: Mineração. Conflitos. Resistências. Enfrentamentos.

CONFLICTUALITY AND MINING CONFLICTS IN JACOBINA - BA: RESISTANCES AND CONFRONTATIONS OF THE MINING ENVIRONMENT'S COMMUNITIES

ABSTRACT: Jacobina - BA is a municipality in north-central Bahia, which has the largest collection of the Financial Compensation for the Exploration of Mineral Resources of Bahia and the site of the great gold exploration mining project of Jacobina Mineração e Comércio - Yamana Gold, a Canadian transnational corporation. It is proposed to portray the conflictuality and conflicts existing in Jacobina resulting from the mining activity of JMC - Yamana Gold, as well as the resistance and the confrontations of the Communities around the Mineradora. A case study was carried out in Jacobina, Bahia, to understand, at the local level, the evictions provoked by large mining projects. The study showed that the mining activity caused territorial expulsions in the three traditional Communities (Canavieiras, Itapicuru and Jabuticaba) of the environment of the

Mineradora. It was verified that besides the territorial domination and the nature, the Mining also exerts an economic control in the Municipality. It was concluded that the confluency of the mining capital intensifies the conflicts and even the resistances, but not the confrontations, at least for now, in Jacobina - BA.

KEYWORDS: Mining. Conflicts. Resisters. Confrontations.

1 | INTRODUÇÃO

Para Fernandes (2005), a conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. Assim, evidencia a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2005).

Já o conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas. Um conflito pode ser “esmagado” ou pode ser resolvido, entretanto a conflitualidade não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos, é produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo (FERNANDES, 2005).

Sendo assim, o objetivo deste capítulo é retratar a conflitualidade e os conflitos existentes em Jacobina decorrentes da atividade minerária da JMC – Yamana Gold, bem como as resistências e os enfrentamentos das Comunidades do entorno da Mineradora.

Jacobina, um dos principais Municípios ligados à atividade minerária na Bahia, localizado no centro-norte do Estado, teve o seu povoamento em função da mineração de ouro já no século XVIII. No final do século XIX, Jacobina foi um dos muitos destinos para a expansão territorial do capital financeiro inglês via transnacionais.

Da década de 1940 até a primeira década dos anos 2000, com paralisação das atividades entre 1998 e 2003, a Empresa passou por pelo menos seis proprietários, em sua esmagadora maioria de capital canadense. Desde 2006, as minas de Jacobina foram adquiridas pela Empresa canadense Yamana Gold, sendo denominada Jacobina Mineração e Comércio (JMC) – Yamana Gold.

Atualmente, Jacobina é o Município do Estado da Bahia com maior arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A Empresa explora seis minas subterrâneas de ouro com uma planta de beneficiamento em comum. As áreas de concessão mineral da Empresa, com atividade potencialmente poluidora e com um passivo ambiental de décadas e que engloba áreas de três Comunidades tradicionais (Canavieiras, Itapicuru e Jabuticaba), têm provocado relações sociais conflituosas.

Neste sentido, a escala das aquisições de terra por transnacionais deixa uma enorme marca no mundo, caracterizada por um grande número de microexpulsões

de pequenos agricultores e de cidades inteiras, e por níveis crescentes de toxidade na terra e na água ao redor das plantações e minas instaladas nas terras adquiridas. Há números cada vez mais altos de migrantes rurais que se mudam para favelas nas cidades, de cidades e de economias de subsistência destruídas, e, no longo prazo, muita terra morta (SASSEN, 2016).

2 | METODOLOGIA

Optou-se por um estudo de caso, entendendo como em Yin (2010), que o estudo de caso é preferível quando a perspectiva da pesquisa está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, sendo possíveis fontes de evidências como a observação direta do evento e entrevistas de pessoas chaves envolvidas. Além disto, um estudo de caso é capaz de trazer situações específicas do acontecimento em questão, mas também um contexto comum a outros casos semelhantes.

A análise deste artigo está dividida em dois tipos de expulsões vivenciadas pelas Comunidades e população de Jacobina em função da conflitualidade e dos conflitos: territorial e especialização produtiva. Nesta direção, são feitas análises de documentos oficiais como Ações Civis Públicas (1992, 2011, 2015, 2016, 2017) e o Relatório do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) (013/2017), o órgão ambiental estadual.

Além disto, foi feito uso de dados primários através de entrevistas semi-estruturadas, no mês de setembro de 2017, com moradores das Comunidades do Itapicuru e de Jabuticaba e de ex-moradores da Comunidade de Canavieiras, bem como de membros e parceiros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional da Bahia. Não foram feitas entrevistas com membros do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) porque não há atuação direta do mesmo na região. Também foram feitas entrevistas semi-estruturadas com os Secretários Municipais de Meio Ambiente e de Finanças, de Jacobina, para compreender a visão do Executivo Municipal em relação à destinação da parte da CFEM que cabe ao Município.

Buscou-se realizar entrevistas com a JMC – Yamana Gold, que configura o outro lado do conflito, porém, não houve retorno dos contatos através dos meios oficiais disponibilizados pela Empresa (e-mail, telefone, Instituto Yamana Gold de Desenvolvimento Socioambiental e contato presencial no momento do estudo de caso).

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com IBGE (2018), o Município de Jacobina possui uma população de aproximadamente 80.394 habitantes e área de 2.358,69 km² e, segundo Bahia (2015b), está situado no território de identidade do Piemonte da Diamantina junto

com mais nove Municípios: Caém, Capim Grosso, Mirangaba, Ourolândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Miguel Calmon e Varzêa Nova.

Os Municípios do território de identidade que apresentam maior dinamismo econômico são Jacobina e Capim Grosso, este último cuja atividade econômica é concentrada no comércio e prestação de serviços automotivos. Na agricultura, predominam as atividades de subsistência, sendo que Jacobina possui 2,8 mil estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e, junto com Miguel Calmon, têm 51% do rebanho bovino do território que totaliza 242,5 mil animais. Outra atividade econômica do Piemonte da Diamantina é a mineração em Jacobina (BAHIA, 2015b).

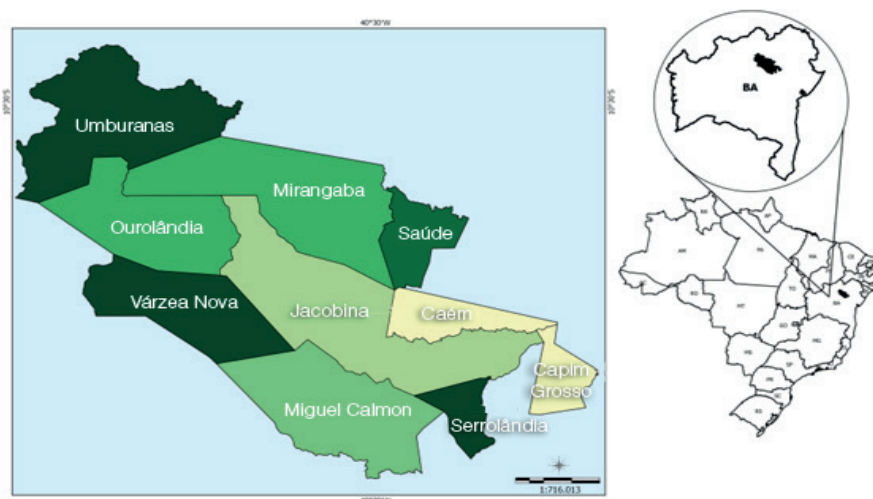


Figura 1. Piemonte da Diamantina.

Fonte: BRASIL, 2015

A Mineradora JMC – Yamana Gold opera nas Serras de Jacobina, localizada 11 km ao sul de Jacobina, na área rural, conforme mostra a Figura 2. De acordo com Galo (2017), a atividade minerária do ouro, em Jacobina, produz rejeitos que contém arsênio, que tem origem no próprio minério, e o cianeto, que é utilizado no processo de beneficiamento. Em função disto, a Mineradora possui duas barragens de rejeitos.

A Barragem 1, denominada B1, foi projetada, em 1982, e já atingiu a sua capacidade máxima, estando em fase de desativação ou fechamento, mas, de acordo com Galo (2017), como não foi impermeabilizada, a água captada apresenta elevado nível de contaminação, não podendo ser descartada no meio ambiente. Informação esta que é ratificada por Bahia (2017b) que aponta que a B1 não oferece adequada impermeabilização do solo, conforme exigências mundialmente aceitas. Deste modo, os resíduos lá depositados por décadas continuam em contato com o meio ambiente. Isto tudo a poucos metros de rios e da barragem do Itapicuruzinho, que abastece Jacobina.

A Barragem 2, nomeada B2, foi construída em 2008, a jusante da Barragem 1, e tem a função de armazenar os rejeitos por, no mínimo, mais 20 anos de operação da mina. Atualmente, a B2 está com 24% de sua capacidade e na quarta das sete etapas de alteamento a jusante. A capacidade final de armazenamento do reservatório será

de aproximadamente 28 milhões de m³ e terá uma altura máxima de 126 m (GALO, 2017).

Levando em consideração a atual etapa de alteamento da B2, Galo (2017) indica uma probabilidade de ruptura de $1,35 \times 10^{-7}$ e uma estimativa de sete vítimas fatais no vale a jusante decorrente da onda de inundação gerada, o que insere a B2 em uma área de risco considerada como aceitável para a engenharia.

A análise de Galo (2017) está em consonância com a do DNPM que classifica a B2 como categoria de risco baixo e com dano potencial alto (ANM, 2016). Um ponto que corrobora para o dano potencial alto é que a B2 está situada numa serra, uma região mais alta, o que torna uma eventual queda dos rejeitos de mineração mais violenta do que se fosse um terreno plano.

As Serras de Jacobina possuem, aproximadamente, 105 nascentes de rios catalogadas e terras férteis. Os rios são o Itapicuru-Mirim, Itapicuruzinho, Cuia e Retiro, que formam uma microbacia e desembocam na Barragem de abastecimento de água de Jacobina. As nascentes do rio Itapicuruzinho ficam dentro da área de influência da Mineradora e o rio, que possui aproximadamente 5 km de extensão, atravessa a Comunidade do Itapicuru antes de seguir para a Barragem de abastecimento, o que faz dele muito significativo para a Comunidade.



Figura 2. Jacobina, JMC - Yamana Gold e Comunidades.

Fonte: GOOGLE EARTH, adaptado pela autora, 2018

Na ampla maioria das vezes em que uma empresa transnacional de exploração

minerária se instala em uma determinada localidade ocorre uma pressão/expulsão devido à apropriação privada do território e dos recursos naturais nele disponíveis. Neste sentido, para Pereira e Penido (2010), o território expressa uma relação de poder entre os diversos grupos sociais dentro do mesmo espaço geográfico.

Santos (2000) também ressalta que quando um pequeno número de grandes empresas se instala ocorre alteração na estrutura do emprego e nas relações econômicas, sociais, culturais e morais dentro de cada lugar, acarretando para toda a sociedade um pesado processo de desequilíbrio. Segundo Germani (2010), a intensa conflitualidade territorial é decorrente dos distintos interesses antagônicos entre agentes hegemônicos do capital, Estado, organizações e movimentos sociais.

Destarte, o conflito, que é oriundo das contradições capitalistas expressas no território, também é vital para a luta de classes e para a resposta das propostas do mercado e/ou do Estado. Contribuindo, assim, para a formação do sujeito político e para a superação destas contradições. É importante salientar, que no território em conflito há distintas racionalidades e formas de apropriação.

A atividade minerária nas Serras de Jacobina expulsou a Comunidade de Canavieiras em direção à área urbana. De acordo com antigos moradores da Comunidade, a expulsão ocorreu em função da proximidade com a B2. Diante disto, os moradores tiveram uma mudança drástica de seu modo de vida, pois possuíam uma vida de agricultores, com posse da terra, e foram para a cidade com poucas perspectivas de ingresso no mercado de trabalho.

Têm umas 20 casas com famílias de Canavieiras no bairro Mundo Novo, em casas construídas pela Empresa. A proposta inicial da Empresa foi trocar a casa na Comunidade por uma casa na cidade e uma ajuda de R\$ 5.000,00. Com a ajuda da CPT conseguiram R\$ 15.000,00, mas duas famílias acabaram saindo com a casa e os R\$ 5.000,00 e depois a Empresa voltou atrás e deu mais R\$ 10.000,00 (ENTREVISTADO A, 2017a).

Andrade (1995) indica que a constituição de um território possibilita às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, o que provoca o sentido de territorialidade, que é um processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território. As ações sociais coletivas podem ajudar na construção da territorialidade como forças políticas de transformação social. Contudo, o Estado pode fazer uso de suas políticas públicas para se esquivar do enfrentamento das questões sociais.

Para o paradigma marxista, as ações sociais são catalizadores de processos voltados para a transformação das condições sociais. Sendo assim, a ênfase se dá na análise das ações sociais sob a perspectiva de luta, enfrentamento, conflito, da disputa que modifica as condições de vida das pessoas envolvidas, rompendo, assim, com a alienação. A classe social, e os elementos que a compõem, definem parâmetros acerca da consciência social do sujeito envolvido na luta por conquistas da própria classe (MÜLLER, 2013).

Não obstante, a Empresa faz uso de estratégias para coibir a formação de ações coletivas muito parecidas com toda atuação em grandes projetos e obras como, por exemplo, chega com um fato positivo, faz uma negociação individual, atua disseminando o medo, o que leva as pessoas a se submeterem. Inclusive, fazendo uso da oferta de alguns postos de trabalho, dividindo a Comunidade entre incluídos e excluídos.

A Empresa usava o próprio pessoal da Comunidade contra quem estava à frente do movimento, que estava ajudando. Essas pessoas, que também eram funcionários da Empresa, vinham e falavam uma coisa e depois outra. As pessoas se desesperaram porque cada vez mais a barragem estava avançando (ENTREVISTADO A, 2017a).

É importante salientar que o Entrevistado A considera estar à frente do enfrentamento como um movimento. Conforme relato de ex-moradores de Canavieiras, a Empresa fez uma pesquisa perguntando se as pessoas queriam sair de lá. Então, todos assinaram uma folha em branco, aí começou todo o processo de expulsão das famílias.

De acordo com Santos (2000), cada empresa utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função destes fins. Assim, à medida que as empresas agem de forma mais racional em relação às suas regras de conduta, são menos respeitadas com o entorno econômico, social, político, moral ou geográfico, funcionando como um elemento de perturbação e de desordem, quebrando, inclusive, a solidariedade social. Deste modo, a competitividade empresarial destrói as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e impõe uma solidariedade vertical, localmente obediente a interesses globais e indiferentes ao entorno (SANTOS, 2000).

As primeiras negociações entre a Empresa, com seus advogados, e as famílias ocorreram individualmente no Hotel Serra do Ouro, no alto de uma Serra. Houve negociações também em uma mina da própria Empresa. Um grupo de 20 famílias evangélicas que estão organizadas em torno da igreja e entre si se uniu e obteve mais êxito nas negociações.

Eu não sei como era a negociação deles lá, mas muitos diziam que eles pressionava, eu mesmo não acompanhei nenhum. Pra gente (20 famílias evangélicas) não correr esse risco teve que exigir como seria nossa negociação, porque tinha que ter um representante da Empresa, da Comunidade, da CPT, se a família quisesse, e um advogado. Aí eles concordaram, mas ainda tentaram fazer a divisão da negociação. Muitas pessoas não quiseram o acompanhamento da CPT, da Comunidade, até mesmo do advogado. Muita gente colocava coisa na cabeça que o advogado estava comprado pela Empresa. Quem teve o acompanhamento negociou mais aberto, foi mais feliz que os outros. Eles queriam que eu negociasse fora de tudo, eu e a outra menina, eu acho que era jogada deles pra colocar contra a Comunidade, como fizeram com outras pessoas. Eu disse que queria negociar como todo mundo, na Igreja (ENTREVISTADO A, 2017a).

O fato de a Empresa fazer uma negociação num local estranho, retirando as pessoas de seu ambiente de segurança, propicia maior pressão para aceitar as

condições impostas pela mesma. A tentativa de negociação individual também é uma forma de coibir a formação de um enfrentamento com maiores ganhos, além de alimentar a desconfiança e a discórdia na Comunidade.

Nesta direção, Müller (2013) aponta que o desrespeito a valores morais acaba por impulsionar conflitos. Os conflitos, por sua vez, segundo o autor, servem de mote de coalização de coletividades, embasado no momento em que surge a troca de experiências e impressões acerca da discriminação sofrida que tomam por base a identidade. Por tudo isto, a Empresa fez uso de estratégias para que as negociações individuais prevalecessem.

A Comunidade de Canavieiras se reuniu para debater o que se passava de forma coletiva, no momento inicial, de retirada das pessoas e de derrubada das casas. Esta situação propiciou, inclusive, o enfrentamento de fechamento da pista que dava acesso à Empresa. No entanto, diante das estratégias exitosas da Empresa em dividir as negociações, cada qual definiu seu rumo e caminho nas negociações, exceto as 20 famílias evangélicas.

Os moradores mais velhos da Comunidade do Itapicuru, que já estão aposentados, faziam cultivo coletivo e pescavam na área que a mineração comprou e que também se apropriou. Atualmente, não fazem mais agricultura coletiva porque quase não há mais terra para cultivar, a Empresa cercou o terreno e não permite a passagem dos moradores das Comunidades. Além disto, muitos terrenos não possuem mais a água que eles utilizavam para a agricultura e para a pesca.

A Empresa possuía vigilantes armados dentro da Comunidade do Itapicuru como uma forma de pressão e de intimidação. Porém, com as denúncias junto ao MPE, a partir de 2010, esta prática não tem sido realizada. No entanto, os vigilantes ainda permanecem armados em trilhas que dão acesso para as cachoeiras e o Cruzeiro. Ainda assim, algumas pessoas, principalmente as mais velhas, tentam se deslocar e chegar nestes lugares, mesmo com muito receio.

Os moradores do Itapicuru salientam que o acesso aos recursos naturais se tornou um problema depois da chegada da JMC – Yamana Gold. A Comunidade, anteriormente, tinha mais liberdade dentro do território, sem cercas e armas para a coação e controle quanto ao acesso à natureza pelos moradores. Deste modo, a Comunidade foi privada de fontes de subsistência, como água, lenha, ouro, plantas medicinais e frutas, bem como de suas práticas culturais e de lazer.

As Comunidades entendem como seu território todo o espaço onde podiam circular e fazer uso da natureza, em suas diversas dimensões. Locais de encontro, como o rio e a praça, foram impactados pela mineração e já não existem mais da forma como conheciam, bem como muitas referências identitárias. As tradições, que mantinham os vínculos familiares e comunitários, bem como as solidariedades horizontais, foram fragmentadas de forma célere.

O modo de vida mudou muito, tinha reisado, São João. A única coisa que continua

é o festejo do padroeiro da Comunidade no mês de março, São José Esposo. O convívio com a Comunidade também mudou muito, o convívio de um com outro, todos sentavam para bater papo, as pessoas têm medo, receio de estar com as pessoas que não trabalham com a mineração. Muitos têm medo de participar de reunião porque no outro dia pode estar sem trabalho. A Comunidade está desorganizada por conta disso (ENTREVISTADO B, 2017b).

Neste sentido, Santos (2000) aponta que, em toda parte, a presença e a influência de uma cultura de massa busca homogeneizar e impor-se sobre a cultura popular. Desta forma, um primeiro movimento é resultado do empenho vertical unificador, homogeneizador, conduzido por um mercado cego, indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades, pois é indispensável ao reino do mercado e a expansão paralela das formas de globalização econômica, financeira, técnica e cultural (SANTOS, 2000).

O conflito ambiental entre a Mineradora e as Comunidades do entorno acarreta na expulsão ambiental da região. Nesta direção, uma moradora do Itapicuru explana que a expulsão ambiental foi crucial para que a Comunidade começasse a entender os impactos cotidianos da mineração:

O pessoal nunca se importaram com mineração, depois começaram a perceber que estavam perdendo espaço para a mineração porque os rios secaram, a maioria. Dava muito peixe e, hoje em dia, as águas são contaminadas (ENTREVISTADO A, 2017a).

Contudo, as denúncias de vazamentos de produtos químicos nos rios e alteração do regime hídrico nas Serras de Jacobina não são apenas dos moradores das Comunidades:

Estima-se que 60 toneladas de cianeto por semana sejam despejadas na bacia hidrográfica do Rio Itapicuru, há desconfiança também de arsênio. Volta e meia há denúncias de vazamento da Empresa. A lagoa Antônio Teixeira Sobrinho, que vai de Jacobina até Miguel Calmon, está praticamente seca. As nascentes também estão diminuindo e quando chove os rios enchem, mas apenas por pouco dias. Não há fiscalização do beneficiamento do ouro (ENTREVISTADO D, 2017d).

Os moradores do Itapicuru ressaltam que a JMC – Yamana Gold faz três detonações diárias, sem avisos prévios e, ocasionalmente, ocorrem outras detonações. Estas detonações provocam rachaduras nas casas do Itapicuru e de Jabuticaba, o que faz com que os moradores façam uso de reformas com muita frequência ou até mesmo que saiam das Comunidades.

Tem morador que precisou sair de casa na semana passada porque a laje cedeu, tinha a melhor estrutura da Comunidade. Às vezes o barulho é muito forte, às vezes não. Geralmente quando eles vê que tem pessoa nova na Comunidade ou os meninos da CPT eles não detona (ENTREVISTADO B, 2017b).

Há vasta documentação do órgão ambiental estadual, atual INEMA, citada pelo Ministério Público Estadual (MPE), no início dos anos 1990, sobre a relação

predadora da Mineradora com o meio ambiente. No entanto, a partir da década de 2010, o MPE compreende a conduta do INEMA como omissa e conivente com as atividades poluidoras da Empresa. Inclusive, incluindo o órgão em duas Ações Civis Públicas, uma de 2015 e outra de 2016.

Na Ação Civil Pública, de 2015, o MPE verificou o reiterado descumprimento por parte da Empresa da constituição de uma Comissão de Acompanhamento do Empreendimento (CAE) (BAHIA, 2015a). Em 2017, o Secretário Municipal de Meio Ambiente ressaltou que a Empresa possui uma CAE, porém com um número menor de participantes do que os 25 necessários. O MPE salienta que o excesso de poeira da perfuração, detonação e britagem, relatado em 1991, ainda persistia no ano de 2015 (BAHIA, 2015a). Assim, em mais de 20 anos, a empresa não se interessou em regularizar a situação.

A CAE representa transparência, democracia e participação popular e a não constituição dela condiz com uma atitude autoritária e antidemocrática por parte da Empresa. A CAE é o elo entre a Empresa, o poder público e as Comunidades e possui funções, tais como: acompanhar a operação da empresa, assegurar o envolvimento e participação das Comunidades afetadas, promover o intercâmbio de informações entre as partes, articular e intermediar os interesses das Comunidades impactadas, acompanhar a implantação de programas ambientais e projetos sociais.

Ou seja, é um espaço importante de participação comunitária e, conseqüentemente, de luta. Sendo assim, a situação relatada pelo MPE, é mais uma estratégia da Empresa, com a conivência do Estado, na figura do órgão ambiental, para dissuadir um enfrentamento coletivo.

Outro espaço importante de luta seria o Conselho Municipal de Meio Ambiente. No entanto, o Secretário Municipal de Meio Ambiente informou que o Município não se envolve com o licenciamento ambiental justamente porque não existe um Conselho Municipal de Meio Ambiente. Deste modo, o licenciamento se dá apenas na esfera estadual, através do INEMA. Esta realidade não é a ideal, pois os problemas e conflitos ambientais ocorrem no âmbito municipal. As Comunidades impactadas pela mineração não conseguiram se mobilizar a ponto de incentivar a criação do Conselho que teria a participação do poder público, setor produtivo (empresarial e sindical), bem como entidades sociais e ambientais.

A Empresa faz uso das vias de acesso das Comunidades para tráfego de caminhões-caçambas carregados de rejeitos sólidos e “bota-fora” da mineração, culminando com a dispersão no ar de partículas de poeira que todos os moradores das Comunidades são obrigados a absorver pelas vias respiratórias, contaminando seus lares (BAHIA, 2011).

Ao fazer isto, a Empresa transfere a externalidade negativa das suas atividades tanto para as Comunidades quanto para o Poder Público. As Comunidades sofrem danos à saúde em função da poluição atmosférica e o Poder Público arca com o custo da conservação e manutenção das vias públicas que são utilizadas irregularmente

pela Empresa. No ano de 2017, o tráfego pesado só não existia na Comunidade de Jabuticaba, conforme relato de um sitiante:

Havia um exaustor em cima da Serra que funcionava 24 horas por dia, sete dias por semana, com ruído acima do permitido por Lei. A retirada do exaustor teve o envolvimento do Ministério Público, da CPT e da Associação de Moradores de Jabuticaba. Não tem mais tráfego pesado na Comunidade de Jabuticaba faz uns oito anos (ENTREVISTADO E, 2017e).

Por conta do exaustor e do tráfego pesado, algumas famílias da Comunidade de Jabuticaba foram expulsas e outras permaneceram na resistência, tanto que conseguiram que o exaustor fosse retirado e que o trânsito pesado fosse cessado através do enfrentamento. No entanto, a despeito destas vitórias, a Comunidade original foi desfeita, com poucas casas de moradores antigos convivendo com sitiantes. Já a Comunidade do Itapicuru, a mais próxima da Empresa, não conseguiu se mobilizar para que o trânsito pesado deixasse de circular em sua área.

Segundo um membro da CPT, existe a motivação por parte da Empresa da permanência da atividade de pequenos garimpeiros com a finalidade de criar a imagem de que o garimpo é poluidor e o grande projeto de mineração é limpo.

Toda vida que chamaram a polícia pra bater no pessoal, pra tirar o motor, prender motor, mas deixaram os três, quatro trabalhando porque toda vez que acontece alguma coisa o problema é os três, quatro garimpeiros que estão ilegalmente garimpando. Qualquer detonação “fora do comum” aí foram os garimpeiros que estão trabalhando, que não têm controle de nada. Agora, eles deixam os três porque tem que ter alguém pra culpar. Eles estão com todos os certificados, com todos os ISOs, com todo não sei o quê. Então, eles não fazem nada errado, se aparece uma substância que matou uma galinha aí então é garimpeiro que deve usar. Os garimpeiros ao invés de abrir mão, cair fora, ficam aí aguentando, aí a responsabilidade em cima deles (ENTREVISTADO C, 2017c).

Em 13 de abril de 2017, após denúncia do MPE de vazamento de resíduos de mineração em mananciais de Jacobina foi detectado a morte de 23 animais na região onde está a planta de extração da Mineradora, bem como um tubo remendado. Entre os animais mortos, foram encontrados cachorros, galinhas, patos e peixes (BAHIA, 2017b). Moradores do Itapicuru também atribuem a contaminação aos resíduos da mineração e relatam a morte de animais:

A gente estamos esperando a análise de uma água do INEMA e até hoje nada, já vai completar quatro meses. O rapaz (vizinho) teve mortandade de galinha, de cachorro e já está desanimado. A gente acredita que foi do encanamento da mineração. O rio tava seco, encheu e não choveu, só pode ter vindo lá de dentro, um cano estava vazando caindo para o rio (ENTREVISTADO B, 2017b).

No Relatório nº 013/17, do INEMA, é possível perceber que mesmo nos pontos em que há contaminação comprovada é posto em dúvida a origem desta contaminação. Inclusive, alertando que rochas e solos da região possuem naturalmente os minerais analisados. O MPE discorda do Relatório nº 013/17, do INEMA (BAHIA, 2017b).

Para o MPE, a atividade cotidiana da Empresa contribui para a piora dos padrões ambientais de Jacobina e a Empresa, não reconhece sequer a existência de problemas ambientais que são intrínsecos à atividade minerária, pois tudo seria oriundo de uma questão natural da região (ALMEIDA, 2018).

O MPE também cobrou a apresentação do plano de emergência de um eventual rompimento da barragem de rejeitos e salientou que nenhum cidadão de Jacobina conhece este plano (ALMEIDA, 2018), o que corrobora com as informações fornecidas pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente sobre este tema em 2017. Somente em janeiro de 2019 foi feita a primeira simulação de um possível rompimento da B2 com a instalação de sirenes.

No dia 19 de setembro de 2018 o MPE promoveu uma audiência pública, com a presença de membros das três Comunidades, em que o órgão ambiental estadual ratificou o Relatório nº 013/17 de que a ocorrência de metais pesados encontrados é compatível com as características geológicas da região e com a mineração artesanal praticada no passado. A concessionária estadual de fornecimento de água e saneamento básico também ressaltou que a qualidade da água de Jacobina está em conformidade e que a população jamais esteve em risco.

Em relação aos projetos ambientais que deveriam ser promovidos pelo Município, o Secretário Municipal de Meio Ambiente não tem conhecimento de que recursos próprios da CFEM sejam destinados para projetos ambientais. O Secretário Municipal de Finanças também ratificou a informação de que a CFEM não tem destinação específica.

Assim, no que diz respeito à parte que cabe ao município, a CFEM vai para um caixa único junto com impostos, o que contraria a Legislação. O próprio Secretário Municipal de Finanças tratou a CFEM como um imposto e não como uma compensação pelos impactos adversos da atividade.

Nesta direção, o Decreto nº 1, de 1991, veda apenas aos beneficiários da CFEM a aplicação da compensação financeira em pagamentos de dívidas e no quadro permanente de pessoal (BRASIL, 1991). Thomé (2009) salienta que a CFEM não se caracteriza como uma compensação patrimonial para os Estados e Municípios, pois como os recursos minerais são bens da União, nada é devido como compensação patrimonial. Tampouco, a CFEM pode ser tratada como participação econômica pelo resultado da exploração mineral, mas sim, como o próprio nome já diz, é uma compensação pelos impactos ambientais e sociais advindos da exploração mineral (THOMÉ, 2009).

Sendo assim, o objetivo é estabelecer uma compensação pela degradação ambiental da exploração mineral e pelo impacto socioeconômico do esgotamento futuro da mina. Deste modo, é imprescindível que os Estados e principalmente os Municípios apliquem os recursos oriundos da CFEM na recuperação do meio ambiente, na infraestrutura da cidade e na atração de novos investimentos e atividades. Tudo isto com a finalidade de diversificar a economia e minimizar a dependência local em

relação a uma atividade esgotável (THOMÉ, 2009).

Todavia, esta realidade também denota a falta de pressão social pela destinação dos recursos para a diversificação econômica do Município e projetos ambientais. Levando em consideração que o fechamento da mina é algo que irá acontecer algum dia, a utilização da CFEM por parte da gestão municipal como um recurso destinado ao caixa único, como ocorre em Jacobina, é uma perda de oportunidade para atacar a minero dependência.

4 | CONCLUSÕES

Ao adquirir as minas de Jacobina a Empresa tinha pleno conhecimento dos problemas ambientais e da necessidade de mitigar o passivo ambiental das Mineradoras anteriores, já que a Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, trata da reparação dos danos ambientais *propter rem*. O que significa que, quem adquire a posse ou a propriedade de algo assume o passivo ambiental também, se tornando, assim, responsável pela recuperação do dano ambiental.

No entanto, durante anos a Empresa vem lucrando bilhões de reais sem resolver minimamente o seu passivo ambiental, sem cumprir as obrigações impostas pelo MPE, o que denota um descaso com a sociedade de Jacobina e região, altamente impactada pela sua atividade.

Assim, em Jacobina, houve e segue havendo falhas na fiscalização por parte do órgão ambiental estadual da correta impermeabilização da Barragem de rejeitos desativada B1, da constituição de uma Comissão de Acompanhamento do Empreendimento (CAE), bem como da publicidade do plano de atendimento à emergência na situação de um eventual rompimento da Barragem de rejeitos B2.

Já os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que é uma quantia baixa comparada com o faturamento das transnacionais, fazem parte de uma espécie de caixa único, em Jacobina, o que representa uma total desconformidade com a Lei. Sem falar, que não há um esforço do poder público em utilizar os recursos da CFEM para mitigar os impactos ambientais e para diversificar a economia, o que é necessário para a preparação do fechamento futuro da mina. Neste sentido, além da dominação territorial e da natureza, a Empresa acaba exercendo também um controle econômico no Município.

As constantes suspeitas de contaminações químicas oriundas da atividade minerária, em Jacobina, não são ratificadas pelo órgão ambiental estadual. No entanto, mesmo assim, estas suspeitas tornam tanto o ser humano quanto a natureza vulnerável, haja vista que é consenso que a atividade minerária é extremamente nociva ao meio ambiente e à saúde humana. Os recursos hídricos presentes na área que abrange a Mineradora são utilizados para diversos usos, incluindo o abastecimento de água do Município. Deste modo, na situação de uma eventual contaminação, a

população poderá ser afetada rapidamente.

Um espaço importante de participação comunitária e de enfrentamento poderia ser o Conselho Municipal de Meio Ambiente, mas que infelizmente não existe em Jacobina. A audiência pública promovida pelo MPE, em 2018, demonstra que a iniciativa do órgão em tornar público os impactos da mineração na região acaba sendo barrada por outras instâncias do próprio Estado. Assim, este posicionamento por parte do Estado acaba inibindo o enfrentamento da exposição dos impactos sofridos pelas Comunidades.

Os movimentos de resistência, em Jacobina, acontecem no cotidiano, pois as Comunidades ainda permanecem nas Serras de Jacobina a despeito de tantas pressões e percalços, já os enfrentamentos são parcos e dispersos e por isto mesmo são incapazes de formar uma ação social. Assim, as Comunidades conseguem criar poucos espaços de enfrentamento com o capital minerador estrangeiro e, nas poucas oportunidades existentes para isto, as Comunidades são minadas pelo Estado.

No entanto, é importante ressaltar que nas circunstâncias muito pontuais em que houve enfrentamento, como a organização das 20 famílias evangélicas, o fechamento da pista que dava acesso à Empresa, a retirada do exaustor e do tráfego pesado em Jabuticaba e dos vigilantes armados no Itapicuru, os ganhos para as Comunidades foram mais consideráveis comparando com os cenários em que não houve. Deste modo, a conflitualidade do capital minerador intensifica os conflitos e até as resistências, mas não os enfrentamentos, pelo menos por enquanto, em Jacobina.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. **Classificação das Barragens de Mineração – Data Base Dezembro/2016**. 2016. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/assuntos/barragens/cadastro-nacional-de-barragens_2016-_atualizacao_campanha. Acesso em: 13 abr. 2018.

ALMEIDA, P. Fala sobre a audiência pública em Jacobina. [Entrevista cedida a] **Bahia Acontece**, Jacobina, 19 set. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L0n4o9JxLU0>. Acesso em: 19 out. 2018.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BAHIA. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Relatório técnico nº 013/17**. Salvador, 2017a.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Processo nº 0000045-501992.805.0137**. Dispõe sobre apuração da saúde dos trabalhadores e degradação da flora, fauna, recursos hídricos e a paisagem como um todo. 1992.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Inquérito civil nº 0005159-03.2011. 805.0137**. Dispõe sobre averiguação dos danos à saúde que as comunidades são expostas diariamente em razão do tráfego pesado de caminhões e das excessivas detonações de rocha. 2011.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Inquérito civil nº 0960696-17.2015. 805.0137**. Dispõe sobre o descumprimento de condicionante ambiental pela JMC – Yamana Gold e omissão do órgão

estadual INEMA, face a este descumprimento. 2015a.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Inquérito civil nº 0300023-73-2016. 805.0137.** Trata de investigar os fatos da deflagração do incêndio de 07/12/2015 no interior da propriedade da empresa. 2016.

BAHIA. Ministério Público do Estado da Bahia. **Inquérito civil nº0501063-72.2017.805. 0137/2017.** Dispõe sobre vazamento de efluente líquido – Jacobina Mineração e Comércio – Yamana Gold, medidas emergenciais. Salvador, 2017b.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Rural. **Território de identidade Piemonte da Diamantina:** perfil sintético. 2015b. Disponível em: <http://www.sdr.ba.gov.br/arquivos/File/PerfilPiemontedaDiamantina.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 13 nov. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 1, de 11 de janeiro de 1991.** Regulamenta o pagamento da compensação financeira instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0001.htm. Acesso em: 13 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil territorial Piemonte da Diamantina – BA.** 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_184_Piemonte%20da%20Diamantina%20-%20BA.pdf. Acesso em: 11 dez. 2017.

ENTREVISTADO A. **Expulsão da comunidade de Canavieiras.** [Entrevista cedida a] Juliana Freitas Guedes Rêgo. Jacobina, BA, 04 abr. 2017a.

ENTREVISTADO B. **Relação da comunidade do Itapicuru com a mineradora.** [Entrevista cedida a] Juliana Freitas Guedes Rêgo. Jacobina, BA, 04 set. 2017b.

ENTREVISTADO C. **Conflito interno na comunidade do Itapicuru.** [Entrevista cedida a] Juliana Freitas Guedes Rêgo. Jacobina, BA, 04 set. 2017c.

ENTREVISTADO D. **Impactos ambientais da mineração em Jacobina.** [Entrevista cedida a] Juliana Freitas Guedes Rêgo. Jacobina, BA, 04 set. 2017d.

ENTREVISTADO E. **Relação da comunidade de Jabuticaba com a mineradora.** [Entrevista cedida a] Juliana Freitas Guedes Rêgo. Jacobina, BA, 05 set. 2017e.

FERNANDES, W. P. ; AQUINO, A. E. de C. **Movimentos sociais:** um apanhado geral de sua influência e sua importância para o serviço social. Curitiba: InterSaberes, 2016.

GALO, D. de B. **Análise de riscos em barragens de rejeitos com o uso de técnicas semiprobabilísticas de estabilidade de Taludes – um estudo de caso.** 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana) – Escola Politécnica, UFBA, Salvador, 2017.

GERMANI, Guiomar I..Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). **(GEO) grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010.

IBGE. **Cidades.** 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 7 nov. 2018.

MÜLLER, C. B. **Teoria dos Movimentos Sociais.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

PEREIRA, D. B.; PENIDO, M. De O. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des) envolvimento social. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

SASSEN, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

THOMÉ, R. A função socioambiental da compensação financeira por exploração de recursos minerais. **Revista de Direito Ambiental**, v. 55, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptação 20, 21, 23, 24, 25, 29, 93

Aracaju 1, 2, 3, 4, 5, 6, 12, 14, 17, 18, 19

Arquitetura luso-brasileira 24, 31

B

Baixada fluminense 53

C

Centralidade urbana 47, 56, 58

Cidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 109, 126, 127, 130, 135, 136, 137, 191, 226, 229, 231, 238, 246, 255, 271, 277

Coliving 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138

Contabilidade de custo 169, 171

Corpo 35, 59, 60, 61, 64, 67, 68, 128, 161, 213, 262, 263

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 6, 18, 19, 21, 22, 30, 33, 34, 36, 53, 58, 81, 82, 88, 101, 105, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 141, 142, 146, 149, 152, 154, 160, 163, 168, 176, 187, 192, 207, 210, 214, 221, 226, 239, 248, 249, 267, 268, 280, 281, 282

Desenvolvimento municipal 110, 117

E

Educação no trânsito 81, 83, 86, 87, 88

Emancipações distritais 110, 111, 117, 124

Empreendedor 222, 224

Ensino 26, 81, 83, 85, 88, 216

Espaço urbano 2, 3, 4, 6, 35, 45, 58, 91, 93, 94, 105

Evolução tipológica 20, 22, 26, 27

Experiência 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 101, 102, 103, 129, 130, 149, 158, 187, 194, 218, 219

G

Geografia histórica 70, 72, 79

Gestão empresarial societária 151

Gestão familiar 142, 212

H

Holding empresarial 151, 161

I

Indústria cerâmica 168, 169, 170, 172, 184, 187, 205, 214

M

Materiais de construção 222, 223, 224, 226, 227, 229, 234, 235

Metropolização 18, 47, 48, 53, 57, 58, 124

Millennials 126, 127, 128, 131, 133, 136, 137

Mobilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 15, 16, 17, 18, 19, 54, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 123, 130, 135

Mobilidade urbana 1, 2, 3, 7, 15, 17, 18, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89

Modos de habitar 126, 128, 133, 134, 136

Morada 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30

Moradia colaborativa 126

Moradia compartilhada 126, 129, 133, 134

Municípios mineiros 110, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124

P

Planejamento 2, 5, 7, 27, 35, 49, 50, 51, 52, 76, 80, 81, 83, 88, 91, 93, 94, 95, 106, 108, 124, 140, 144, 147, 149, 153, 158, 161, 162, 163, 165, 170, 171, 190, 193, 197, 198, 202, 204, 208, 209, 210, 212, 213, 220, 222, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 237, 238, 239, 240, 254, 255, 264, 281

Ponto de equilíbrio 168, 169, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185

Processo sucessório 151, 204, 205, 210, 211, 217, 220, 221

Projeto de arquitetura e cidade 59

Província do Rio de Janeiro 70, 74, 80, 293

Província fluminense 70, 71, 73, 78, 79, 80

S

Segmento metal mecânico 151, 152, 153, 154, 158, 159, 165

Sociedade anônima 151, 157, 164, 165, 216

Sucessão societária 151, 153

T

Tradição 20, 21, 23, 25, 26, 29, 74

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-688-1



9 788572 476881